



DAVI & CORRÊA
AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

071/2022 – Poc/Vbs/It/Jr

Cliente: RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial**

Rio Grande - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial**, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Saldos Iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram examinadas por nós ou outros auditores independentes, para termos um conforto razoável realizamos um trabalho de conhecimento dos saldos e constatamos conforme a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) que em 2021 tiveram lançamentos de MEP ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 173.6 Milhões, conforme registros no Patrimônio Líquido.



Ênfase - Incerteza Relevante Relacionada a Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 16 e Demonstrações de variações do Patrimônio Líquido, que indica que ainda Companhia apresenta Patrimônio Líquido de 28,6 milhões em suas operações, vem apurando prejuízos recorrentes de R\$ 58.1 milhões em 2021 e R\$ 47,4 milhões em 2020. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial inicial de 2016 da Companhia tenha sido aprovado e Companhia frente ao cenário de mercado que se encontrava protocolou um pedido de aditamento do plano sendo o mesmo ainda aguardando aprovação, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a estes assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperação Judicial: Notas explicativas nº 15

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a Companhia está em recuperação judicial desde 16 de dezembro de 2016 quando foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de 670 milhões, sendo o valor distribuído em R\$ 667,8 milhões na Classe III (Credores Rec. Judicial – Quirografário) e R\$ 1,2 milhões na Classe IV – (Credores Rec. Jud. Em/EPP).

Embora muito impactada pelas dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras em razão do cenário macroeconômico brasileiro e, em particular, em razão de notório processo, ainda em curso, de deterioração dos setores de óleo e gás e de construção naval no País, o que há muito vêm inviabilizando a obtenção de novos recursos.

Destacamos que atualmente foi solicitado pela Companhia entrou com pedido de aditamento conforme descrito a seguir com teor extraído da solicitação: O presente “Laudó” foi elaborado pelo Grupo Ecovix para fins de emissão de parecer sobre a viabilidade econômico-financeira das alterações propostas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo”) das empresas do Grupo Ecovix, Ecovix Construções Oceânicas S.A – em recuperação judicial, RG Estaleiros S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG1 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG2 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – em recuperação judicial e



Engevix Sistemas de Defesa Ltda. em recuperação judicial. O processamento e deferimento da Recuperação Judicial foi dado em 19 de Dezembro de 2016, por decisão da Juíza Fabiana Gaier Baldino, da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 50000219820168210023, que nomeou como Administrador Judicial a Medeiros & Medeiros Administração Judicial Ltda.

O laudo foi redigido com base em informações públicas, estudos, análises de dados e projeções feitas pela companhia e por consultorias especializadas, tendo como objetivo proporcionar o conhecimento e informações necessárias a respeito de seu modelo de negócios, o que torna possível a verificação sobre a viabilidade econômico-financeira no contexto do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial proposto, em consonância com a Lei 11.101/05.

A crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos deletérios da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. No que diz respeito ao segmento em que atuam as Recuperadas, 2020 ficou ainda marcado pelo anúncio da Petrobras das medidas de contenção de custos de sua operação, tais como hibernação de diversas plataformas, corte em sua produção diária e a redução de seu capital de investimentos. Dessa forma, a tão esperada recuperação ou retomada da indústria de construção naval não se consumou até os dias de hoje, em boa parte por conta de uma decisão estratégica da Petrobras de redirecionar suas principais contratações neste segmento para grandes afretadores internacionais.

Consideramos como um assunto significativo para a auditoria em decorrência dos impactos relacionados a regularização de sua situação econômica e financeira e determinação relevante quanto a sua continuidade operacional.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz a fim de compreender os impactos nas demonstrações contábeis;
- Reuniões periódicas com a Administração da Companhia para acompanhamento;
- Acompanhamento da movimentação de valores do Quadro Geral de Credores elaborado pelo Administrador Judicial com as demonstrações contábeis;
- Avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Imobilizado: Nota explicativa nº 11

Conforme nota explicativa Nº 11 a Companhia apresentou o saldo Líquido de R\$ 962,0 milhões em imobilizado que representa 78% do total do ativo, no exercício de 2021 os saldo de imobilizado foram submetidos a teste de recuperabilidade de ativos “Impairment”, validamos os saldos apresentados em relação aos valores registrados na contabilidade não identificando irregularidades.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado de todas as contas da Companhia, que totalizam R\$1,3 Bilhões e R\$ 416,2 Milhões de depreciação acumulada, após ajustes de impairment efetuado em 2021, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.
- Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso das práticas contábeis.
- Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que a Companhia atua.
- Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de impairment significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração.
- Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.



Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações contábeis da **RG Estaleiro S.A. Em recuperação judicial** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes, efetuamos um trabalho com escopo menor de reconhecimento razoável dos saldos de 2020 sem emissão de relatório de opinião, em virtude disso ressalvamos os saldos iniciais em 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.



DAVI & CORRÊA
AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Assinado digitalmente por
DAVI E CORREA AUDITORES
INDEPENDENTES
SOCIEDADE S
:02971670000180
Data: 2022.03.28 20:07:
38-03'00'

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S

CRC - RS 3.797

Pedro Osório Correa

Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2021.

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	140	153	742	13.027
Contas a receber	6	-	-	3.322	-
Adiantamentos à fornecedores		-	-	732	686
Tributos a compensar	7	753	810	18.152	21.816
Outros ativos		-	-	58	15.668
		893	963	23.006	51.197
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		-	6	-	6
Contas a receber	6	-	-	239.835	239.972
Conta corrente entre empresas	8	296.326	296.357	-	-
Depósitos judiciais		-	-	-	73
		296.326	296.363	239.835	240.051
Permanente					
Investimentos	9	212.820	4.375	-	-
Propriedades para investimento	10	-	-	2.116	2.116
Imobilizado	11	-	-	962.030	739.635
Intangível		-	-	-	-
		212.820	4.375	964.146	741.751
Total do ativo		510.039	301.701	1.226.987	1.032.999

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	12	114	1.061	2.831	5.953
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	411	338
Obrigações fiscais	13	144	2.340	830	11.386
Adiantamento de clientes		-	-	-	100
Outros passivos		-	3.124	-	4.156
Parcelamento de tributos		-	-	-	878
		258	6.525	4.072	22.811
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Provisão para perda nos investimentos	9	127.514	34.566	-	-
Obrigações fiscais	13	49	-	1.369	-
Conta corrente entre empresas	8	330.618	332.171	408.326	412.872
Provisão para contingências	14	22.782	-	115.553	3
Credores da recuperação judicial	15	148	156	668.997	669.030
Outros passivos		-	-	-	-
		481.111	366.893	1.194.245	1.081.905
Patrimônio líquido					
	16				
Capital social		560.000	560.000	560.000	560.000
Reserva legal		55.375	68.890	55.375	68.890
Prejuízos acumulados		(528.588)	(653.189)	(528.588)	(653.189)
Resultado do exercício		(58.117)	(47.418)	(58.117)	(47.418)
		28.670	(71.717)	28.670	(71.717)
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	-
Total do passivo		510.039	301.701	1.226.987	1.032.999

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita bruta de serviços prestados		-	-	10.574	4.943
Impostos incidentes s/receitas				(867)	-
Receita operacional líquida	17	-	-	9.707	4.943
Custos operacionais	18	-	-	(5.377)	(6.540)
Lucro Bruto		-	-	4.330	(1.597)
Despesas administrativas	19	(338)	(75)	(13.212)	(12.824)
Depreciação e amortização		-	-	(52.015)	(36.956)
Outras receitas e despesas operacionais	20	-	-	859	69
Resultado de equivalência patrimonial		(58.111)	(47.312)	-	-
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(58.449)	(47.387)	(60.038)	(51.308)
Receitas financeiras	21	619	(14)	633	109
Despesas financeiras	22	(173)	(17)	(537)	(475)
Outras receitas e outras despesas	23	-	-	1.939	4.256
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(58.003)	(47.418)	(58.003)	(47.418)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	(114)	-	(114)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	-	-		
Lucro líquido do exercício		(58.117)	(47.418)	(58.117)	(47.418)
Participação de acionistas controladores		-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	(58.117)	(47.418)	(58.117)	(47.418)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(58.117)	(47.418)	(58.117)	(47.418)

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2019	560.000	68.890	(1.080.878)	(451.988)
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	(47.418)	(47.418)
MEP Ajustes de exercícios anteriores	-	-	427.689	427.689
Saldos em 31 de dezembro de 2020	560.000	68.890	(700.607)	(71.717)
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	(58.117)	(58.117)
MEP Ajustes de exercícios anteriores	-	-	173.608	173.608
Ajustes de exercícios anteriores	-	(13.515)	(1.589)	(15.104)
Saldos em 31 de dezembro 2021	560.000	55.375	(586.705)	28.670

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro Líquido do exercício	(58.117)	(47.418)	(58.117)	(47.418)
Variações dos ativos operacionais				
Equivalência patrimonial	58.111	47.312	-	-
Depreciação e Amortização	-	-	52.015	36.956
Variações dos ativos operacionais				
Contas a receber	-	-	(3.185)	990
Adiantamentos à fornecedores	-	-	(46)	616
Tributos a compensar	57	(26)	3.664	(1.140)
Outros ativos	-	-	15.610	(50)
Depósitos judiciais	-	-	73	-
Conta corrente entre empresas	31	778	-	-
Aplicações financeiras	6	138	6	138
Variações dos passivos operacionais				
Fornecedores	(947)	457	(3.123)	(1.525)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(40)
Obrigações fiscais	(2.147)	(402)	(9.187)	(13.999)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	73	24
Adiantamentos de clientes	-	-	(100)	100
Outros passivos	(3.124)	7	(4.156)	7
Provisão para contingências	22.782	-	115.550	-
Credores da recuperação judicial	(8)	-	(33)	(71)
Conta corrente entre empresas	(1.555)	(897)	(4.547)	19.516
Parcelamento de tributos	-	-	(878)	(16.388)
Caixa proveniente das atividades operacionais	73.206	47.367	161.736	25.134
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Ajustes de estorno dos lançamentos do PL (2019)	-	-	(274.409)	(391.835)
Caixa proveniente das atividades de investimento	-	-	(274.409)	(391.835)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ajustes de exercícios anteriores no PL	158.505	427.689	158.505	427.689
MEP Ajustes de exercícios anteriores no investimento	(173.607)	(427.689)	-	(2.116)
Caixa proveniente das atividades de financiamento	(15.102)	-	158.505	425.573
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(13)	(51)	(12.285)	11.454
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	153	204	13.027	1.573
No final do exercício	140	153	742	13.027
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(13)	(51)	(12.285)	11.454

1. Contexto operacional

1.1 Objeto operacional

A RG Estaleiros S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”) é uma entidade de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída em 5 de agosto de 2010, com endereço registrado à Alameda Araguaia, nº 3.571, conj. 2019, Centro Empresarial, Tamboré, Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades sob a forma de sócia, acionista ou quotista, podendo ainda deter a propriedade, por si ou terceiros, de áreas e instalações destinadas a implantação de estaleiros e instalações de apoio a construções navais.

A Companhia teve as ações representativas de seu capital alienadas em 15 de outubro de 2010 para o “Fundo de Investimento em Participações RG Estaleiros” (FIP RG ESTALEIROS), que é administrado pela Caixa Econômica Federal, tendo como cotistas a ECOVIX Construções Oceânicas S.A. (ECOVIX) e a Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), à razão de 75% e 25%, respectivamente.

Em 20 de março de 2012, a ECOVIX Construções Oceânicas S.A. alienou para a FIC FIP Jackson Empreendimentos S.A., 19,54% das cotas que possuía no FIP RG ESTALEIROS, pelo valor de R\$ 110 milhões, com todos os direitos e obrigações constantes dos Estatutos.

Em 16 dezembro de 2013, a FIC FIP Jackson Empreendimentos S.A. alienou para a ECOVIX Construções Oceânicas S.A., 19,54% das cotas que possuía no FIP RG ESTALEIROS, pelo valor de R\$ 110 milhões, com todos os direitos e obrigações constantes dos Estatutos.

A Companhia foi, inicialmente, constituída com o propósito de adquirir o controle acionário da WTorre ERG Empreendimentos Navais e Portuários S.A. (atual RG Estaleiro ERG1 S.A.- Em recuperação judicial) e da WTorre Óleo e Gás Construções Navais S.A. (atual RG Estaleiro ERG2 S.A. – Em recuperação judicial).

Em 16 de dezembro de 2016, o Grupo Ecovix ajuizou pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 002114-08.2016.8.21.0023. O pedido foi deferido pelo juiz em 19 de dezembro de 2016, sendo que o Plano de Recuperação Judicial foi protocolado nos autos em 17 de fevereiro de 2017. O pedido engloba também as companhias Ecovix, ERG 1, ERG 2 e ERG 3. Na data de 17.08.2018, o Juízo homologou o Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia e concedeu a Recuperação Judicial.

Dentre as razões para o pedido de recuperação judicial está o nível de endividamento, a falta de financiamento de novas fontes e a incapacidade em participar de licitações.

No dia 12 de novembro de 2019, as empresas do Grupo Nova Participações, incluindo o Grupo Ecovix, firmaram Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União – AGU, com base na Lei nº 12.846/2013 e legislação correlata. A celebração do Acordo de Leniência constitui importante passo na consecução de novos negócios, imprescindíveis à reestruturação financeira das recuperandas e cumprimento das obrigações oriundas da Recuperação Judicial.

1.2 RG Estaleiro ERG 1 S.A.

O RG Estaleiro ERG 1 S.A. – Em recuperação judicial (ERG1), anteriormente denominada WTorre ERG Empreendimentos Navais e Portuários S.A., é uma entidade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2003, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. O ERG1 tem como objeto social deter a propriedade de estaleiros, dique seco e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento mercantil.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social da WTorre ERG Empreendimentos Navais e Portuários S.A. para RG Estaleiro ERG1 S.A., quando da transferência de controle societário para a RG Estaleiros S.A.

O ERG1 detém, entre seus ativos, o maior dique seco do Hemisfério Sul, tendo acesso direto a uma das áreas de maior profundidade naval do território brasileiro, favorável à navegação de modernas embarcações, sobretudo de grande porte, o que lhe garante importantes aspectos físicos para a construção de embarcações navais e oceânicas que serão necessárias ao desenvolvimento dos projetos de exploração das reservas nacionais do pré-sal.

1.3 RG Estaleiro ERG 2 S.A.

A RG Estaleiro ERG2 S.A. – Em recuperação judicial (ERG2), anteriormente denominada WTorre Óleo e Gás S.A., é uma entidade de capital fechado, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. A ERG2 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e neles construir estaleiros e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento.

A ERG2 teve seu controle acionário transferido para a RG Estaleiros S.A. em 15 de outubro de 2010, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 2 de junho de 2010 entre WTorre S.A. e RG Estaleiros S.A.

O ERG2 possui uma estrutura montada para montagem de DRUs (Drill Rig Units ou Drillships – navios sonda). Para tanto, este possui dois slipways (rampas de lançamento) que permitem a montagem dos navios em terra e o posterior lançamento ao mar. Além disso, a área possui um cais de acabamento para auxiliar nas finalizações dos navios, prédios administrativos e diversas benfeitorias que fabricam materiais utilizados tanto na produção do ERG1 quanto na do ERG2. Entre estas benfeitorias, existem oito galpões de acabamento dos blocos (pintura); fábrica de painéis e blocos; subestação principal e utilidades; galpão fabricação de blocos curvos e oficinais de apoio; e uma área para pré-edificação.

1.4 RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.

A RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. – Em recuperação judicial (“ERG3”) é uma entidade de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2011, com sede social no Município de Rio Grande, Estado de Rio Grande do Sul. A ERG3 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e instalações industriais de apoio às construções navais e offshore, administrando e explorando comercialmente estas instalações através do processamento, industrialização e beneficiamento de aço, podendo também efetuar o arrendamento dessas áreas e operações.

Destaca-se que o ERG 3 ainda não possui atividade operacional, apenas a propriedade imobiliária. Não obstante, com o investimento numa estrutura de integração efetiva deste aos ERG1 e ERG2, o ERG3 pode funcionar como retroárea.

Em 2014, a RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. (“ERG3”) firmou Contrato de Locação Comercial com a ECOVIX Construções Oceânicas S.A. para locação de uma área de 248.349,20 m² pelo prazo de 5 anos.

A área foi utilizada para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização e consumo para uso próprio da locatária. A remuneração desse Contrato de Locação Comercial foi paga de acordo com a área ocupada e foi responsável pela geração das receitas no ERG3.

Em 22 de outubro de 2014, a FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - RS, nos termos do processo nº 10296-05-67/13-8, emitiu a Licença de Operação LO nº 786/2014-DL para a ERG3, envolvendo o empreendimento 179.068 situado à Av. Almirante Maximiano Fonseca, 3998, KM 6, BR392 Distrito Industrial, Rio Grande (RS) CEP 96204-040, para a atividade de fabricação de blocos e estruturas metálicas.

Em 04 de dezembro de 2015, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM – concedeu a autorização geral nº 00384/2015-DL referente processo 1171-05.67/15.0 para que a área do ERG3 fosse utilizada para armazenamento temporário de estruturas metálicas para construção de linha de transmissão, outfits de embarcações e torres de concreto

1.5 Partes relacionadas

As receitas da Companhia e suas controladas decorreram substancialmente de receita de aluguel de instalações para a controladora indireta ECOVIX Construções Oceânicas S.A., da qual possuem dependência para a realização das citadas operações. A ECOVIX Construções Oceânicas S.A. é controlada direta da Nova Participações S.A., que, por sua vez, também controla a Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (dentre outras).

2. Entidades do grupo

Controladas	Nota	País	Participação acionária	
			2021	2020
RG Estaleiro ERG1 S.A. – Em recuperação judicial	9	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG2 S.A. – Em recuperação judicial	9	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – Em recuperação judicial	9	Brasil	100%	100%

A Companhia recebe substancialmente todos os benefícios relacionados às suas operações e ativos líquidos com base nos termos contratuais sob os quais a entidade foi estabelecida. Consequentemente, a Companhia consolida todas as investidas.

3. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e

as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas, lado a lado, em um único conjunto de demonstrações contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

a) Base de consolidação

Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são, geralmente, transferidos no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

b) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como

incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrado no ativo não circulante.

iii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

iv) Capital social

Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia.

c) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação descritas na Nota Explicativa nº 10.

d) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável.

ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado, investimentos, intangível e propriedades

para investimento.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado

e) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital (ou para ambos), mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos durante a fase de construção.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

g) Receita operacional e receitas/despesas financeiras

i) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem basicamente juros de fornecedores e tributos.

ii) Receitas de serviços

As receitas de serviços derivam de contratos de reparo naval e top off na controlada ERG1.

h) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas, registraram o imposto de renda diferido ativo líquido (Nota explicativa nº 26). A Companhia espera recuperar o imposto de renda diferido ativo nas controladas em exercícios futuros na medida em que sejam gerados os lucros futuros previstos no seu plano de negócios.

i) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS – a Companhia adota estrutura conceitual do CPC / IFRS. Mas suas alterações, como ainda não são efetivas, não foram adotadas.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Banco conta movimento	140	153	249	215
Aplicações financeiras (i)	-	-	493	12.812
	140	153	742	13.027

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

O valor circulante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.322 no balanço consolidado refere-se a contratos da controlada ERG1 de serviços de reparo naval e top off.

O valor de R\$ 239.835 (R\$ 239.972 em 31 de dezembro de 2021) relativo ao contas a receber (não circulante) refere-se aos recibos de alugueis de contratos entre ECOVIX e ERG's, que constam em aberto desde 2015 quando estes contratos estavam em operação.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Clientes nacionais (CP)	-	-	3.322	-
Clientes nacionais (LP)	-	-	239.835	239.972
	-	-	243.157	239.972

2021	RGE	ERG1	ERG2	ERG3
Ecovix Construções Oceânicas S.A. (CP)	-	2.861	-	-
Ecovix Construções Oceânicas S.A. (LP)	-	6.216	230.369	2.706
Clientes serviços de reparo e top off (CP)	-	1.005	-	-
	-	10.082	230.369	2.706

2020	RGE	ERG1	ERG2	ERG3
Ecovix Construções Oceânicas S.A. (LP)	-	7.071	230.045	2.706
Demais clientes	-	150	-	-
	-	7.221	230.045	2.706

7. Tributos a compensar

O saldo de tributos a compensar referem-se a créditos de retenção de notas fiscais de prestação de serviço e apuração de créditos de pis e confins oriundos das operações de exportação e da depreciação de ativos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IR e CS a Compensar	114	810	130	2.979
Saldo Negativo IR e CS	639	-	2.029	-
Pis e COFINS a recuperar (i)	-	-	15.993	15.656
Demais tributos a recuperar	-	-	-	3.181
	753	810	18.152	21.816

8. Conta corrente entre empresas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora.

A controladora direta da Companhia é o FIP RG Estaleiros e a controladora final é a Nova Participações S.A.

Os saldos em aberto entre as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
RG Estaleiro ERG1 S.A.	47.233	47.264	-	-
RG Estaleiro ERG2 S.A.	249.093	249.093	-	-
	296.326	296.357	-	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	296.326	296.357	-	-

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
RG Estaleiro ERG3 S.A.	1.421	1.421	-	-
Ecovix Construções Oceânicas S.A.	329.197	330.750	408.326	412.872
	330.618	332.171	408.326	412.872
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	330.618	332.171	408.326	412.872

Companhias pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia.

9. Investimento (controladora)

Os investimentos são contabilizados na controladora pelo método da equivalência patrimonial e representam a participação de 100% da Companhia em suas subsidiárias RG Estaleiro ERG 1 S.A., RG Estaleiro ERG 2 S.A. e na RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.

O saldo de investimento é eliminado contra o patrimônio líquido da subsidiária no processo de consolidação dos balanços.

O saldo da conta de investimento está composto como segue:

a) Movimentação dos investimentos diretos (controladora)

	Saldo inicial dos investimentos 2021	Ajustes de exercícios anterior (i)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos 2021
RG Estaleiro ERG1 S.A.	(22.896)	258.476	(28.058)	207.521
RG Estaleiro ERG2 S.A.	(11.670)	(85.819)	(30.025)	(127.514)
RG Estaleiro ERG3 S.A.	4.375	951	(28)	5.298
	(30.191)	173.608	(58.111)	85.305

	Saldo inicial dos investimentos 2020	Ajustes de exercícios anterior (i)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos 2020
RG Estaleiro ERG1 S.A.	(22.149)	14.462	(15.209)	(22.896)
RG Estaleiro ERG2 S.A.	(390.808)	411.111	(31.973)	(11.670)
RG Estaleiro ERG3 S.A.	2.389	2.116	(130)	4.375
	(410.568)	427.689	(47.312)	(30.191)

(i) Em 2019 foi reconhecido no patrimônio líquido o custo com a construção das edificações e benfeitorias dos ERG's, porém por se tratar de ativos em uso pela Companhia, em 2020 e 2021 foi revertido este ajuste para constituir novamente o ativo imobilizado e depreciar no decorrer de sua vida útil e utilização.

	Quantidades de ações/quotas Ordinárias (em unidades)	% Participação direta	Resultado do exercício 2021	Patrimônio líquido em 31/12/2021
RG Estaleiro ERG1 S.A.	423.256	100%	(28.058)	235.579
RG Estaleiro ERG2 S.A.	160.942	100%	(30.025)	(97.489)
RG Estaleiro ERG3 S.A.	757	100%	(28)	5.326
	584.955	100%	(58.111)	143.417

	Quantidades de ações/quotas Ordinárias (em unidades)	% Participação direta	Resultado do exercício 2020	Patrimônio líquido em 31/12/2020
RG Estaleiro ERG1 S.A.	423.256	100%	(15.209)	(7.687)
RG Estaleiro ERG2 S.A.	160.942	100%	(31.973)	20.303
RG Estaleiro ERG3 S.A.	757	100%	(130)	4.505
	584.955	100%	(47.312)	17.121

10. Propriedade para investimento

O saldo é referente ao terreno do ERG3.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Terreno	-	-	2.116	2.116
	-	-	2.116	2.116

11. Imobilizado (consolidado)

a) Composição do imobilizado

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	2021			2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido	
TERRENOS	20	14.848	-	14.848	7.248	
EDIFICACOES	20	855.144	(278.924)	576.221	330.887	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10	268	(245)	23	55	
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20	-	-	-	86	
VEÍCULOS	20	72	(72)	-	156	
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	441.438	(97.987)	343.451	391.448	
INSTALAÇÕES	10	3	(3)	-	9.755	
FERRAMENTAS	15	66.499	(39.011)	27.487	-	
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	
		1.378.272	(416.242)	962.030	739.635	

b) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/20	Adições	Estorno da baixa para o PL (2019)	Baixas	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Saldo em 31/12/21
TERRENOS	7.248	-	7.600	-	-	-	14.848
EDIFICAÇÕES	457.012	-	384.161	-	(1)	13.972	855.144
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	466	2	-	-	(260)	60	268
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	176	-	(84)	-	(67)	(25)	-
VEÍCULOS	461	-	-	-	-	(389)	72
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	494.939	72	(9.829)	-	(622)	(43.122)	441.438

INSTALAÇÕES	36.938	-	65	-	-	(37.000)	3
FERRAMENTAS	-	-	-	-	-	66.499	66.499
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-	-
DIREITO DE SOFTWARES*	-	-	-	-	-	5	-
	997.240	74	381.913	-	(950)	-	1.378.272

* Custo contabilizado no ativo intangível, está nesta composição a título de demonstração, uma vez que, houveram transferências de categorias de imobilizado e intangível no inventário de ativos da Companhia e suas controladas.

c) Movimentação da depreciação

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2020	Adições	Estorno da baixa para o PL (2019)	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Ajustes	31/12/2021
TERRENOS	20	-	-	-	-	-	-	-
EDIFICACOES	20	(126.125)	(33.880)	(107.565)	-	(11.354)	-	(278.924)
MOVEIS E UTENSILIOS	10	(412)	(39)	-	255	(49)	-	(245)
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	20	(90)	(1)	-	67	24	-	-
VEICULOS	20	(306)	(32)	-	-	266	-	(72)
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	(103.491)	(14.179)	-	615	19.068	-	(97.987)
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - LEASING	20	-	-	-	-	-	-	-
VEICULOS - LEASING	20	-	-	-	-	-	-	-
INSTALACOES	10	(27.181)	(3.078)	-	1	30.255	-	(3)
FERRAMENTAS	15	-	(806)	-	-	(38.205)	-	(39.011)
DIREITO DE SOFTWARES*		-	-	-	-	(5)	-	-
		(257.605)	(52.015)	(107.565)	938	-	-	(416.242)

* Amortização contabilizada no ativo intangível, está nesta composição a título de demonstração, uma vez que, houveram transferências de categorias de imobilizado e intangível no inventário de ativos da Companhia e suas controladas.

12. Fornecedores

Os saldos estão, principalmente, representados por fornecedores de utilidades e serviços para manutenção da infraestrutura do estaleiro nas controladas ERG1 e ERG2, estão representados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, conforme quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais (i)	114	452	2.831	4.359
Outras contas a pagar	-	609	-	1.594
	114	1.061	2.831	5.953

(i) Em 2021 Saldo da controladora refere-se a ao parcelamento de Impostos Federais "DEBITOS PREVIDENCIARIOS – INSS, não confessados de competência de 12/2015 a 04/2016, com pagamento em 60 parcelas (deferido em 27/04/2020).

13. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE				
ISS	-	-	149	518
ICMS (ii)	-	-	-	(3)
PIS E COFINS (ii)	30	8	313	(339)
IRPJ E CSLL	114	2.258	114	1.530
IR Retido	-	-	24	561
INSS	-	74	179	319
CSRF Retido (i)	-	-	-	7.978
FGTS	-	-	51	80
Outros Impostos	-	-	-	742
	144	2.340	830	11.386

(i) Saldo Reclassificado para contingências fiscais em 2021.

(ii) Os saldos foram reconciliados em 2021.

Controladora

Consolidado

NÃO CIRCULANTE	2021	2020	2021	2020
Parcelamento impostos municipais (i)	-	-	743	-
Parcelamento impostos federais (ii)	49	-	626	-
	49	-	1.369	-

(i) Saldo referente ao parcelamento de Impostos Municipais “DEBITOS DE IPTU – REFIS, de competência de 2018 A 2021 nas controladas ERG1 e ERG2 com pagamento em 12 parcelas (deferido em 27/08/2021).

(ii) Saldo referente ao parcelamento de Impostos Federais “MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO – ECF, de competência de 2019

14. Provisões para contingências (consolidado e controladora)

A Companhia reconheceu em suas Demonstrações Financeiras um passivo contingente em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 115.553, relacionado a reclamações tributárias, com perspectiva de perda e consequente futuro desembolso de caixa considerados como prováveis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2021	2020
Contingências tributárias (i)	115.553	-
	115.553	-

(i) A Companhia fez baixa do saldo anterior das contingências tributárias para o patrimônio líquido. Em 2021 estes valores foram ajustados e reclassificados para o passivo judicial por se tratarem de processos com desembolso de caixa considerados prováveis e que devem ser contabilizados conforme normativas contábeis.

Composição por empresa em 31 de dezembro de 2015	Contingências tributárias	Total
Controladora	22.782	22.782
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	2.297	2.297
RG Estaleiro ERG 2 S.A.	90.474	90.474
	115.553	115.553

15. Credores da recuperação judicial

A Companhia e suas controladas apresentaram a propositura da Recuperação Judicial que ocorreu em 16/12/2016, e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de 670 milhões, conforme demonstrativo abaixo:

Classes	Controladora	Consolidado
CLASSE III - CREDITORES REC. JUD. - QUIROGRAFARIO	148	667.824
CLASSE IV - CREDITORES REC. JUD. - EM/EPP	-	1.206
	148	669.030

O passivo com credores bancários na controlada ERG2 representa 98% do passivo total do consolidado, uma vez que, consiste em um montante de aproximadamente R\$ 656 milhões.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 560.000, representado por 560.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após absorção de prejuízos acumulados, até o limite de 20% do capital social.

17. Receita operacional líquida

As receitas de serviços decorrem do contrato de reparo naval e serviços de top off da controlada ERG1.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas de serviços	-	-	10.574	4.943
Impostos incidentes	-	-	(867)	-
Receita líquida	-	-	9.707	4.943

18. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos com pessoal	-	-	(2.066)	(1.823)
Custos de utilidade e serviços	-	-	(877)	(1.705)
Custos com materiais	-	-	(528)	(989)
Custos gerais	-	-	(116)	(227)
Custos com serviços contratados	-	-	(1.790)	(1.796)
	-	-	(5.377)	(6.540)

19. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	-	-	(6.045)	(5.840)
Despesas de ocupação, utilidades e serviços	-	-	(2.671)	(4.779)
Serviços prestados por terceiros	-	-	(1.619)	(491)
Despesas com materiais	-	-	(85)	(532)
Despesas com tributos e taxas	-	-	(660)	(406)
Despesas Indedutíveis	-	-	(151)	-
Perdas de créditos	(163)	-	(1.401)	-
Outras despesas gerais	73	(74)	(152)	(775)
Provisão de contingências	(248)	-	(428)	-
	(338)	(74)	(13.212)	(12.823)

20. Outras receitas e despesas operacionais

	2021	2020	2021	2020
Receita de locação (i)	-	-	732	69
Recuperação de despesas (i)	-	-	126	-
	-	-	858	69

(i) Receita de locação da controlada ERG1 referente aluguel da infraestrutura do estaleiro.

21. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras	-	101	10	272
Juros Selic recebidos (i)	649	-	654	-
Descontos obtidos	-	-	1	2
Pis e COFINS s/. receita financeira	(30)	(116)	(32)	(165)
	619	(15)	633	109

(i) Juros Selic na controladora referente a atualização de crédito de INSS.

22. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tarifas bancárias	(2)	-	(42)	(52)
IOF	-	-	(6)	(10)
Juros pagos por tributos e fornecedores	(171)	(17)	(489)	(413)
	(173)	(17)	(537)	(475)

23. Outras receitas e outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Baixa por inutilização ou quebra de ativo imobilizado	-	-	(13)	-
Outras despesas	-	-	(957)	(994)
Outras receitas	-	-	379	5.250
Crédito de pis e COFINS vinculado a custos e despesas	-	-	2.530	-
	-	-	1.939	4.256

24. Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente apurada em 2021 decorre do resultado tributável registrado pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas ERG1, ERG2 e ERG3, calcularam o imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Lucro/Prejuízo Antes dos Impostos	(58.231)	(47.418)	(116.342)	(94.730)
Adições				
Demais despesas não dedutíveis	-	74	43	164
Provisões não dedutíveis	248	-	2.545	-
Perdas	163	-	1.407	591
Equivalência Patrimonial	58.111	47.312	58.111	47.312
Exclusões				
Provisões não dedutíveis	-	-	(2.117)	-
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	291	(32)	(56.353)	(46.663)
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL	87	-	87	-
Lucro Real depois da Compensação de Prejuízos Fiscais	204	(32)	(56.440)	(46.663)
Alíquota Nominal Combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%	34%	34%
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	49	-	49	-

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

25. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base de cálculo dos tributos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja algum fator relevante que venha modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido				
Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social	-	-	(58.111)	(47.312)
Despesas Não Dedutíveis Na Apuração do Lucro Tributável	-	-	1.466	681
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	-	-	(19.259)	(15.855)

Os créditos tributários decorrentes da existência de saldos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social na data das demonstrações contábeis não foram reconhecidos como ativo da Companhia.

Com base nas projeções de lucro tributável para os próximos anos, a Companhia espera realizar os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nos próximos cinco anos apenas na controladora indireta Ecovix Construções Oceânicas S.A. e por este motivo apenas nas demonstrações financeiras da controladora indireta que possui saldo de diferido registrado.

26. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	Controladora							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	140	-	-	140	153	-	-	153
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta corrente entre empresas	-	296.326	-	296.326	-	296.357	-	296.357
	140	296.326	-	296.466	153	296.357	-	296.510
Passivos								
Conta corrente entre empresas	-	-	330.618	330.618	-	-	332.171	332.171
Fornecedores	-	-	114	114	-	-	1.061	1.061
	-	-	330.732	330.732	-	-	333.232	333.232

Instrumentos financeiros	Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	742	-	-	742	13.027	-	-	13.027
Contas a receber de clientes	-	3.322	-	3.322	-	-	-	-
	742	3.322	-	4.064	13.027	-	-	13.027
Passivos								
Conta corrente entre empresas	-	-	408.326	408.326	-	-	412.872	412.872
Fornecedores	-	-	2.830	2.830	-	-	5.953	5.953
	-	-	411.157	411.157	-	-	418.825	418.825

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez;
Risco de mercado;
Risco operacional.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e por suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de

investimento.

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes de suas controladas ERG1, ERG2 e ERG3.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. No entanto, dentro dos limites impostos pelo mercado atual, encerramentos dos contratos, crise no setor naval na última década e covid-19 que afetaram os negócios nos últimos 2 anos, a Companhia está em processo de assinatura de aditivo do plano de recuperação judicial e com estratégia de novos negócios, para que seja possível o cumprimento das obrigações dentro deste período proposto.

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado. No entanto nas operações atuais a companhia não possui contratos ativos em moeda estrangeira, bem como investimentos e empréstimos.

Riscos operacionais

A abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia e suas controladas é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos, identificação dos riscos, planejamento de respostas a riscos e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia.

O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento.

O processo de identificação dos riscos é permanente e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, brainstorming, entre outros.

O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade.

O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco, entre outras.

Ao longo dos anos a Companhia está gradativamente mudando suas estratégias de foco de negócios, ainda sim, vem mantendo monitoramento contínuo de mitigação desses riscos.

Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais são potenciais danos gerados ao meio ambiente pela atividade econômica e que, portanto, podem ter origem em setores variados. Além da organização causadora do dano ambiental, existem agentes externos que podem ser considerados corresponsáveis em caso de ocorrências dessa natureza. De acordo com a atividade e porte das construções desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de uma sistemática de gestão baseada nas normas ISO 14001 – Gestão Ambiental e IS 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, que analisa os aspectos e impactos, e perigos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela Análise Crítica do Sistema de Gestão realizada pela Alta Administração que é realizada em periodicamente.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são equivalentes aos seus valores contábeis.

27. Cobertura de seguro

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são conforme segue:

	ERG1	ERG2	ERG3	RGE
Riscos Operacionais e Lucros Cessantes	N/A	N/A	N/A	N/A
Responsabilidade Civil	N/A	300.000,00	N/A	N/A
Danos Materiais	100.000,00	N/A	N/A	N/A
Danos Corporais	100.000,00	N/A	N/A	N/A
Danos Morais / Estéticos	5.000,00	N/A	N/A	N/A
Riscos de Engenharia	N/A	N/A	N/A	N/A
Frota	N/A	N/A	N/A	N/A
Colisão/Incêndio/Roubo/Furto	100% Tabela Fipe	N/A	N/A	N/A

28. Eventos subsequentes

Conforme estudo de viabilidade econômico-financeira de maio/21, a crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos prejudiciais da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. E, que após a vacina houve uma minimização dos casos, mas ainda existem riscos potenciais.

Além dos fatores citados acima, em 2020 a maior companhia petrolífera do Brasil anunciou medidas de contenção de custos em suas operações, onde reduziu seu capital de investimentos e por uma decisão estratégica redirecionou as suas principais construções navais para grandes empresas internacionais.

Diante de tais aspectos, o Grupo Ecovix vem buscando alternativas, adequando seu plano de negócios para atividades que possam auxiliar efetivamente no seu progresso, readequando suas operações as novas condições de mercado. Dentre essas alternativas, estão: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial.

Ainda sobre a readequação de novos negócios, especificamente sobre as Atividades de Natureza Portuária, tal projeto está em andamento com custos incorridos em 2021 no valor aproximado de R\$ 1,5 milhões e com expectativa de investimentos no CAPEX em 2022 na ordem de R\$ 1,5 milhões. Com previsão de início das operações em maio/2022.

Rio Grande, 25 de fevereiro de 2022.

Lucas Clemente Guimarães de Díaz
Diretor

Rodrigo da Cunha Contro
Diretor

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC 0417360 8 RS

RGE - Relatório dos Auditores Independentes 2021 Consolidado.pdf

Documento número #2f85244b-2c3f-42ef-8068-81c13eb892e5

Hash do documento original (SHA256): 7707c3a010ff09c6a13f5490a65a68ad47f9f5c2460f235aa6ae4f4e1018e8c8

Assinaturas

✓ **Tuany Caroliny Costa**
CPF: 088.765.359-69
Assinou como parte em 07 abr 2022 às 14:43:31
Emitido por Clicksign Gestão de Documentos S.A.

✓ **Lucas Clemente Guimarães de Diaz**
CPF: 189.339.618-52
Assinou como parte em 07 abr 2022 às 15:57:00
Emitido por Clicksign Gestão de Documentos S.A.

✓ **Rodrigo da Cunha Contro**
CPF: 246.727.028-98
Assinou como parte em 07 abr 2022 às 18:54:34
Emitido por Clicksign Gestão de Documentos S.A.

Log

- 07 abr 2022, 14:35:33 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 criou este documento número 2f85244b-2c3f-42ef-8068-81c13eb892e5. Data limite para assinatura do documento: 07 de maio de 2022 (14:33). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 07 abr 2022, 14:35:59 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 adicionou à Lista de Assinatura: tuany.costa@ecovix.com, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Tuany Caroliny Costa e CPF 088.765.359-69.
- 07 abr 2022, 14:35:59 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 adicionou à Lista de Assinatura: lucas.diaz@guimaraesdiaz.com.br, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lucas Clemente Guimarães de Diaz.

-
- 07 abr 2022, 14:35:59 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 adicionou à Lista de Assinatura: rodrigo@contro.adv.br, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Rodrigo da Cunha Contro .
- 07 abr 2022, 14:43:31 Tuany Caroliny Costa assinou como parte. Pontos de autenticação: email tuany.costa@ecovix.com (via token). CPF informado: 088.765.359-69. IP: 189.90.57.126. Componente de assinatura versão 1.239.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 07 abr 2022, 15:57:00 Lucas Clemente Guimarães de Diaz assinou como parte. Pontos de autenticação: email lucas.diaz@guimaraesdiaz.com.br (via token). CPF informado: 189.339.618-52. IP: 189.100.70.200. Componente de assinatura versão 1.239.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 07 abr 2022, 18:54:34 Rodrigo da Cunha Contro assinou como parte. Pontos de autenticação: email rodrigo@contro.adv.br (via token). CPF informado: 246.727.028-98. IP: 189.102.69.231. Componente de assinatura versão 1.240.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 07 abr 2022, 18:54:34 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 2f85244b-2c3f-42ef-8068-81c13eb892e5.
-

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 2f85244b-2c3f-42ef-8068-81c13eb892e5, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.